

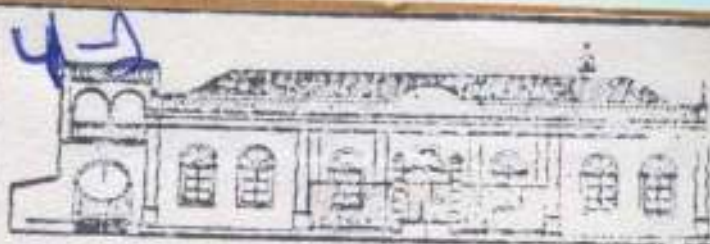
ROBERTO NOBRE

O FUNDO

Comentários
ao projecto da nova política
de cinema em Portugal

ss

EDIÇÃO DO AUTOR
LISBOA — 1946



Casa da Cultura António Bentes
S. Brás de Alportel

201
605

Biblioteca

206
259
43

Inv. N.º 2727.

Cota N.º

ROBERTO NOBRE

O FUNDO

Comentários
ao projecto da nova política
de cinema em Portugal

ss

EDIÇÃO DO AUTOR
LISBOA — 1946

Súbitamente, foi o País surpreendido com a publicação dum projecto de decreto-lei destinado a transformar radicalmente as condições em que as actividades do Cinema se exercem entre nós, tanto na produção, como na importação e exhibição. Dado o papel relevante que o Cinema de há muito tem na Arte e Cultura contemporâneas, deve depreender-se a importância duma tal medida. Lendo-o atentamente, verifica-se a gravidade do que se propõe, tanto mais que reveste outros aspectos, além dos artísticos e industriais.

Trata-se, no entanto, apenas dum projecto. Portanto cremos poder discuti-lo com toda a largueza e sinceridade. É para isso que foi publicado.

Reparemos, desde logo, que, mesmo dentro do regime vigente, tudo aqui foi atropelado: sem nos querermos intrometer nas polémicas

suscitadas, verificamos que, aqueles próprios Grêmios e Sindicatos, directamente interessados, ou não foram ouvidos, ou foram-no em precárias circunstâncias e como que de propósito para se fazer o contrário do que opinaram. Em qualquer caso, deveria ser-lhes ouvida de novo a opinião, uma vez a lei completa, antes de tornarem esta pública. A própria Assembleia Nacional também não teve ainda a oportunidade de dizer, mais uma vez, que sim, antes que tal fôsse publicado. Mas isso não é conosco. Em vez da discussão em família, preferiu-se a discussão pública? Seria isso? Excelente é tal método. Vejamos isso.

A lei que se projecta, salvo algumas determinações secundárias, que adiante veremos, não tem precedentes nas legislações de Cinema mais discricionários do Mundo — nem na Alemanha, nem na Itália, nem na Espanha existiu, ou existe, uma tão ampla e tão arbitrária determinação, que levou agora o legislador a pensar, tão audaciosamente e com absoluto à vontade, naquilo que foi, por tão longos anos, entregue à sua sorte, o que faz parecer, mesmo aos melhores intencionados, que, se agora o fizeram, não foi apenas pelo muito amor ao Cinema e ao seu puro prestígio artístico e cultural. Para agravar esta ilacção con-

tribuem até certas infelicidades de redacção que lá surgem, aqui e ali. No próprio preâmbulo se declara, por exemplo, que foi exactamente o «poder de insinuação do Cinema nos espíritos» uma das coisas que motivou a lei, o que é, confessemos, uma indicação demasiado indiscreta. Sim, tudo aquilo leva a convencer o mais imparcial dos observadores de que tem o intento, não de servir, mas sim de servir-se do Cinema, constituindo, não só mais um entorse violento ao espírito de equidade e de justiça em relação a um novo, mais um, sistema pesado de contribuição macissa (e não proporcional), como, principalmente, um novo agravamento para a já estricte delimitação que oprime, há 20 anos, a dignidade mental dos nossos intelectuais e artistas. Até parece que a nova lei foi feita de propósito para justificar a indicação da revista *L'Ecran Français* que, no seu número do Festival de Cannes, já declarava, prematuramente, que em Portugal tínhamos o *cinema estatizado*. É uma estatização por processos indirectos e a expensas alheias.

Decerto todos nós veríamos com entusiasmo o cinema português encorajado e auxiliado; os nossos realizadores melhor habilitados com bolsas de estudo no estrangeiro e, no regresso, com

largos meios de realização; que esta tivesse a devida continuidade; novas condições de mercado a ampliar a colocação dos nossos filmes; uma cineteca onde se coleccionassem os melhores filmes do nosso passado, presente e futuro, etc. Tudo isso é muito belo, muito desejado, mas é-o por si mesmo e feito por admiração do valor dessa grande arte, e não com outros intuitos, agravando os males com que a Censura já circunscreve e estrangula a sua missão artística, cultural e social. Sim, lendo o novo decreto-lei, logo acodem aos mais ingénuos e distraídos algumas perguntas singulares. A principal delas é porque se não entrega o Cinema, que é um elemento primordial de cultura e de arte, aos cuidados da mesma entidade a que o estão o Teatro e as Artes Plásticas, isto é, ao Ministério da Educação e Belas Artes, e se vai entregá-lo a um departamento que, quer com o título germanizado, como até quase ao fim da Guerra tinha, ou inglezado, como depois de ganha a Guerra passou a ter, foi criado para ter uma função política? Sim, todos sabem que essa entidade se destina à propaganda da actual situação e também para tentar obstar à grave crise de intellectuais nas suas fileiras. Simultâneamente é uma arma obstinada e cruel contra os meios

intelectuais liberais, onde, felizmente, se encontra a grande maioria das mais altas, mais talentosas e nobres figuras mentais do País, como se provou durante o escasso período da «liberdade suficiente». Adoptando uma frase exacta, que já vi aplicada ao assunto, com esta lei só poderão produzir determinadas individualidades «para quem a lei foi feita e por quem ela foi feita».

O projecto de lei foi surpresa para o grande público. Porém, aqueles que seguem de perto os assuntos cinematográficos, sabem que se trata da efectivação dum velho projecto de monopólio que, sob o nome de «produção contínua» já há anos se tentou pôr em prática. Mas dessa vez não se falava em intenções políticas. Elas, agora, são evidentes.

No § único do art. 7.º (que é o artigo que previne reservar-se o Secretariado de Informação a autoridade de «sugerir modificações» nos filmes financiados) declara-se logo que o Secretariado «orientará superiormente» (quem garante que, desta vez, será *superiormente*?) as produções auxiliadas pelo Fundo Cinematográfico. Ora para isso, para essas subvenções e essas correcções, não deveria constituir-se um Instituto do Cinema, ou uma simples Comissão idónea, indicada pelo Instituto de Alta Cultura? Não. Pre-

feriram sobrecarregar com mais essa complicada preocupação o já tão lamentavelmente sobrecarregado S. N. I. e isto foi, logicamente, por ele se ter, desde o seu início, especializado em fazer política com o Espírito.

Mas, para tirarmos mais conscientemente as conclusões, estudemos a lei. No seu especto exterior ela destina-se a criar, como sabemos, um «Fundo Cinematográfico» para financiamento, prémios, etc., do nosso Cinema. Vejamos a maneira de arranjar dinheiro para êsse «Fundo», dinheiro que se pretende arrancar o mais obstinada e forçadamente possível. Decerto há firmas estrangeiras e nacionais que tem tirado largos lucros com os filmes estrangeiros aqui exibidos, para o que têm pago, de resto, as respectivas contribuições e direitos alfandegários de importação. É pouco? Podem ajudar também o nosso cinema? Talvez. No entanto não se faz destrinça entre empresas estrangeiras a distribuir directamente entre nós (e que estão a coberto de desaires pelas suas sedes, por explorarem os filmes elas próprias e, portanto, apenas poder resultar numa diminuição de lucro) das empresas nacionais importadoras, que compram os filmes lá fora por preço imposto e tudo arriscam. Além disso é justo, por exemplo, que

um filme importado, uma vez submetido a «visto», tenha de pagar a taxa de 10 contos, mesmo que, depois, não chegue a ser exibido? A cobrança dessa licença de exibição é proporcional ao rendimento da película? Não. Tanto paga os 10 contos um êxito largo, como um em que o filme o tenha restrito ou mesmo dê prejuízo; tanto se cobra a um filme de baixo nível, destes que lisonjeiam e pervertem o gosto de certas camadas, infelizmente mal preparadas mentalmente, como aqueles filmes de alto nível artístico e mental que, por falta da tão necessária e urgente educação do nosso povo, têm ainda entre nós um público limitado. Isto é gravíssimo. As empresas importadoras, que já receiam trazer até nós filmes de bom nível intelectual e humano, agora que, além do risco de insucesso, que dantes corriam, têm de pagar uma taxa fixa volumosa, mesmo que deles obtenham fraco rendimento, mesmo até que percam dinheiro, preferem não os trazer. Ficaremos privados exactamente do melhor. «A Nossa Cidade», «O vale era verde», «O Retrato de Dorian Grey» etc., fugirão dos nossos «ecrans». Em contra partida teremos os filmes de pancadaria, os de terror, as coisas policiais de gosto mais que duvidoso, as revistas de pernas à vela,

que tanto chocam a pudicícia nacional — visto que isso sabem, de certeza, que lhes dará lucro. É assim que se avilta mais a educação do nosso público, ao invés do que a lei diz pretender.

Amo muito o cinema nacional. Tenho sempre lutado por ele. Mas desejo ver, e que o nosso público veja, os melhores filmes estrangeiros. Isso resulta, de resto, num progresso do nosso cinema. Indo vê-los, os nossos técnicos aprenderão. O bom gosto do público aumentará.

Em relação aos cinemas, revela o autor o mesmo desconhecimento, de tal maneira cabal que até parece propositado — e não sincero e ingénuo. O plano de exibição tem de ser feito logo na entrada da época, sem o que não terá cada cinema assegurado os filmes ou, então, ficará na mão dos distribuidores que, à última hora, podem regatear os preços à sua vontade. A grande prova de sagacidade de um administrador de cinema, está mesmo em saber calcular com exactidão, conforme as películas da sua escolha, quanto tempo o público as aguentará no cartaz e, assim, saber de antemão quantas precisa e de que género precisa. Para se obterem certos filmes, têm de se aceitar outros fracos, que é preciso alternar. Como poderá um administrador calcular, em Outubro,

se terá nessa época filmes nacionais a exhibir; se os que houver estarão à altura do prestígio da sua casa; e como adivinhará, antes de os ver, antes até de estarem prontos, o número de semanas que lhes há-de destinar, o que, segundo a lei depende da afluência do público? Sopunhamos que um filme português tem, felizmente, como aconteceu à «Severa» 3, 4 ou 5 meses de êxito no cinema de estreia. Como o produtor pode marcar a data de exhibição a seu talante e o filme não poderá ser retirado enquanto na última semana obtiver a média de 40 por cento da receita máxima da sala, o que vai o exhibidor fazer dos outros filmes que contratou, se aquele inesperado êxito lhe ocupa logo um terço ou metade da temporada? Reserva os filmes, que lhe sobrarem, para a época seguinte? É preciso que o distribuidor esteja de acordo, pois é sabido que os filmes «envelhecem» e se desvalorizam de ano para ano, perdendo a oportunidade. Bastante tarde, por vezes, já eles cá chegam.

Eu sei que o direito de marcação de data foi copiado de Espanha. Esquece-se que a produção espanhola é relativamente abundante, com algumas dezenas de filmes por ano e que, dada a lei de restrição de importações e outros

motivos, a importação de filmes estrangeiros é deminuta, pelo que o facto do produtor marcar data não ocasiona graves transtornos, pois o exibidor, por vezes, até tem falta de películas.

Quanto à obrigatoriedade de exhibição de filmes nacionais dentro dum determinado coeiciente, isso foi imitado de França. Tenho aqui a meu lado a nova legislação francesa, cuja liberdade, apesar disso, gostaria de ver seguida. Esqueceram-se foi do resto e também que a produção francesa é, em qualidade, uma das primeiras do Mundo; que o exibidor tem, portanto, muito por onde escolher e que isso foi uma medida de emergência devida às pesadas condições que teve de aceitar por causa do empréstimo abtido por Blum na América. Uma das clausulas atinge o cinema e os franceses tiveram de encontrar uma compensação interna, apenas de circunstância. Depois, em França há cinemas que são propriedade de estrangeiros, até de firmas produtoras americanas. Assim a lei visa forçar, até nessas, a exhibição de filmes franceses. Mas em Portugal tal não sucede, nem a presente lei permite que hajam, como proprietários ou administradores de cinemas, firmas estrangeiras.

Outra prova de singular desconhecimento do assunto está na fixação de 40^o% da receita

máxima
receita,
autoriz
tela. N
Mas ju
da reco
para pa
ao pess
soal da
tribuiç
são ex
lucro
explora
semana
está a
o caso
semana
última
cinema
prejuiz
exibiçã
da cat
isto ai
Ningu
secund
O escã
cinema

máxima da sala, como sendo aquela média de receita, sem descer do que, não é o exibidor autorizado a retirar o filme nacional da sua tela. Não sou defensor de interesses particulares. Mas julga, no entanto, o legislador que estes 40% da receita bruta duma sala de espectáculos dão para pagar a percentagem ao produtor do filme; ao pessoal do cinema, desde o secretário ao pessoal da limpeza; a luz; a publicidade; as contribuições; a renda do cinema (parte dos cinemas são explorados por arrendatários) e ainda dá o lucro razoável e necessário para a empresa exploradora? Um cinema a exhibir durante uma semana com apenas 40% da receita total da sala, está a perder muito dinheiro. Como, além disso, o caso só se pode, segundo a lei, calcular por semanas inteiras, é certo, desde já, que, nas últimas semanas, um filme português no seu cinema de estreia dará ao exibidor um grande prejuízo. Também a obrigatoriedade implica a exhibição «do que houver», esteja ou não à altura da categoria do cinema. Se a produção fôr má, isto ainda mais desacredita o cinema português. Ninguém estranha que um filme português secundário seja exibido num cinema secundário. O escândalo será grande se os nossos primeiros cinemas forem, para cumprir a lei, obrigados a

exibir certas farsadas ou dramas de pirismo, em que temos sido férteis Acresce que, no caso dos exibidores, lhes convem escolher os piores filmes nacionais que houver. Assim cumprem a lei e vêem-se mais rapidamente livres deles, pois caem depressa, e podem então exhibir os filmes estrangeiros que tenham contratado! A lei assim protege o pior que houver! Acresce, também, que a nossa produção, apesar de tudo, difficilmente dará para que todos os cinemas da capital tenham películas nacionais para cumprirem as determinações da lei da obrigatoriedade, tanto mais que, ao produtor, só interessam dois ou três cinemas, pois a pequena lotação e escassa categoria dos outros, prejudicará o prestígio das películas e sua aceitação na província, além de que é exactamente a grande lotação durante a estreia, em que a curiosidade é mais viva, que dá a maior receita. De resto, mesmo que se consigam filmes, de modo a que todos os cinemas de estreia possam cumprir a lei, é certo os cinemas da província, mesmo os que dão três a cinco exhibições por semana, não poderem dar cumprimento ao ritmo indicado pela lei.

Isto de economia dirigida é um bocado mais complicado que ao legislador lhe pareceu.

Mas isto são meros exemplos. Se analisásse-

mos
trapa
xequ
esqu
de e
A
fora
 públ
cime
dá-s
Logo
mos
em l
e «o
tug
naçã
tura
ling
fras
conc
a u
do
cult
de l
se f
fica
a q

mos detalhadamente a lei verificaríamos que a trapalhada ainda é maior — absolutamente inexequível. Calcule-se que o legislador até se esqueceu que havia *matinéas* e que há cinemas de estreia e de reexibição.

As injustiças e impraticabilidades da lei já foram, de resto, largamente exemplificadas em público por quem o sabe com verdadeiro conhecimento de causa. O que se dá com a parte prática, dá-se também com as «intenções» do decreto. Logo na definição de «filme português» verificamos que só são considerados como tal os falados em língua portuguesa, os produzidos em Portugal e «os que sejam representativos do espírito português, pelo tema, ambiente, linguagem e encenação, sem prejuízo dos grandes temas da cultura universal». Não sabemos bem o que, em linguagem legislativa, significa esta última frase, pois a escolha do critério que presidirá à concessão do «fundo» foi entregue exactamente a um organismo criado para impedir o contacto do leitor português com «os grandes temas da cultura universal». Basta dizer que o filme *Zola*, de Dieterle, foi proibido em Portugal, porque ali se falava em Liberdade e se elogiava a magnífica independência intelectual daquele escritor a quando do processo Dreyfus. Se o nosso

cinema deve ter «espírito português», tem de ser amplamente liberal e democrático nos seus temas, pois o nosso povo é, desde Fernão Vasques, um dos povos que mais ama a liberdade e o direito de se exprimir livremente. Além disso, esse art. 10.º foi redigido por quem pretende desconhecer o sentido de expressão internacional, que representa o Cinema, porque nem sequer se lembrou que os nossos filmes, podem ter, se a lei desse resultado e fossem bem feitos, uma projecção além das nossas fronteiras, parecendo que se pretende condená-los a ser apenas para uso interno — como se duma arma política se tratasse. Ora julgo que o que seria interessante era o auxílio aos filmes portugueses que conquistassem outros mercados. Organização portuguesa que faça, por exemplo, um filme passado no Brasil (temos alguns romances célebres dos nossos melhores romancistas ali passados, como *A Selva* e *Emigrantes*, de Ferreira de Castro, e *Diário dum Emigrante*, de Paço d'Arcos) não pode ser subvencionada. Há ali uma excepção para aceitação de filmes brasileiros, mas este caso não está previsto e parece condenado. A odisseia dum português na América do Norte ou na Groelândia, na França ou na Conchichina não tem

direito ao «fundo». Também se um realizador nacional procurar fazer filmes noutra língua para conquistar mercados para o nosso cinema, o que seria um triunfo para o cinema português, não será subvencionado. Então se o assunto não fôr nosso estará perdido. Suponhamos que um realizador português conseguia fazer, em Portugal, filmes como «Viva Villa» ou «Terra Bendita», duas glórias do cinema americano, cuja acção se passa fora do país de origem e cujo tema não representa o «espírito nacional». Isto, que seria aceite pelos outros povos e uma glória para o cinema de Portugal, está condenado nesta lei por um tacanho patrioteirismo. E contudo o legislador, se fosse hábil, teria salvo tudo pondo um prudente «de preferência» antes da designação de «espírito e ambiente nacionais». O tacto não é uma das qualidades deste decreto-lei, visivelmente redigido por amadores.

Não falemos nas actuais condições técnicas e artísticas da realização nacional. A lei nisso é optimista. Mas o maior problema ainda é o do custo. É facil responder que tudo se remediará, logo que a lei seja posta em execução. Actualmente há, por exemplo, como que a exclusividade de laboratório, de resto excelentemente montado, mas que impõe tabelas que são das mais

caras do Mundo. É tão caro que chega a valer a pena ir filmar, revelar e positivar a Espanha.

«Os meios financeiros de realizar esta política, diz-se no preâmbulo, há-de proporcioná-los o próprio cinema.» Isto é, o Estado só recebe. A generosidade da criação do «fundo» é feita a expensas do próprio padecente. O generoso é o legislador. Mas, para que fôsse o Cinema quem o pagasse, não era necessário recorrer aos 10 contos por cada filme, etc. O próprio cinema os pagava se utilizassem nesse benefício o rendimento de 7.747 contos (isto em 1944, pois em 45 e 46, de que não temos dados, ele rendeu muitíssimo mais, dado o aumento dos bilhetes, etc.) que o Estado recebe de imposto, sem quaisquer despesas—quando o Teatro, que rendeu apenas naquele ano 1.264 contos, merece ter um Conservatório para ensino, um teatro de Ópera de administração ruinosíssima, para ouvirmos óperas italianas, um teatro Nacional e os Comediantes de Lisboa subvencionados, etc.

Pois o Cinema, para ter algum benefício, tem de lhe sair do corpo, tem de ser ele próprio a dar para o «fundo»—o Estado continuará a cobrar cerca de 8.000 contos líquidos, que agora deverão estar a aproximar-se dos 10.000. Note-se que, até hoje, se houve subven-

ções a
cos e
desinte

Por
fôr apr

A
deste
goria
rais (!),

pagar,
300\$00

para o
pagare

actuali

não ap
sário,

promor
de doc

uma d
viço d

nossas
tura d

a impo
também

Ner
entre
recinto

ções a filmes, estas tiveram sempre fins políticos e nem um único caso de auxílio geral e desinteressado.

Por aqui se pode avaliar o futuro, se a lei fôr aprovada.

A vontade de arrancar dinheiro por meio deste novo método é tal que a própria «categoria E», de documentários, filmes culturais (!), educativos (!!!), viagens, etc., têm de pagar, além das actuais importâncias, mais os 300\$00 para o «fundo», decerto para os atirarem para o fundo, pois não mais virão até cá, visto pagarem mais que os da «categoria F», de actualidades, cotada em 200\$00. Acharíamos, não apenas natural, mas absolutamente necessário, que o Estado comprasse, subvencionasse, promovesse por todos os meios a vinda até nós de documentários, filmes culturais e educativos, uma das maravilhas que o Cinema pôs ao serviço da nossa civilização. A presença deles nas nossas telas é absolutamente necessária à cultura do nosso povo. Pois, não sendo estimulada a importação, nem ao menos os isentam e eles também vão para o «fundo».

Nem ao menos foi especificada a diferença entre espectáculo remunerado e a exibição em recinto de cultura e aprendizagem: nas Uni-

versidades, Liceus, Escolas Técnicas, Fábricas, etc. Como o pagamento é efectuado contra o visto da Censura, mesmo que se destinem a esse nobre fim, têm de ir para o «fundo».

Mas o que é mais grave de tudo é a situação dos realizadores independentes perante o «fundo». Ou se sujeitam às «modificações sugeridas» ou não serão socorridos. Mas, mesmo fazendo os filmes com os seus próprios recursos, lá está a Censura para cortar o que seria modificado, como se fossem dos «sugeridos». Os realizadores independentes, os que não quizerem tutela além de «censurados» terão de fazer filmes pobres em relação aos outros, que terão logo um terço ou metade do custo pago, antes até de serem exibidos. Isto visa submeter todos à «nova ordem». Os que quizerem ser das «modificações sugeridas pelas liberdades suficientes» serão, como tem sucedido na Pintura, Escultura e até nas Letras, aleitados pelo úbere central, visando os fins a que interessa conduzi-los. Pelo que tem sido até agora o cinema produzido pelos elementos ligados à elaboração da nova lei («Revolução de Maio», «Feitiço do Império», «Pai Tirano», «Pátio das Cantigas», etc.), pode calcular-se o prestígio e qualidade do que se pretende. Além disso, se forem generosos,

cas, Fábri-
ado contra
destinem a
ndo».

o é a situa-
perante o
ações sugere-
as, mesmo
rios recur-
o que seria
eridos». Os
não quise-
ão de fazer
que terão
oago, antes
eter todos
n ser das
lades sufi-
a Pintura,
pelo úbere
ssa condu-
o cinema
elaboração
Feitiço do
igas», etc.),
de do que
generosos,

pode, quando muito, admitir-se que, de futuro, serão dois ou três os realizadores que continuarão também a ser protegidos e esses ficarão com o monopólio, como têm tido até hoje, de fazer os grandes filmes. Não nos esqueçamos, por exemplo, que só «O Feitiço do Império», esse grande desastre do nosso cinema, tanto na técnica como na arte, custou à Nação, embora administrado por outro sector de Administração Pública, mais do dôbro, em milhares de contos, do que o mais faustoso dos outros filmes portugueses e quantia que raro atingem lá fora os filmes luxuosos. Só para fazer a montagem levaram um ano, a pagar ordenados amplos, e o que êle rendeu ao realizador (quase o que ganha o Lubitsch) basta para demonstrar o que é ruinoso para o País a administração e protecção ao Cinema por tal sistema.

Eu sei, eu bem sei, que a condenação que fazemos das intenções profundas da lei só a pode beneficiar a certos olhos, pode até ajudar a que seja, mais depressa, posta em execução. Mas não se iludam. Esse sentido anti-liberal, esse método indirecto de ter o «cinema português na mão», não visa isso unicamente. Os termos da lei coincidem, como dissemos, com um velho projecto dum grupo que se socorre disso para se instalar

no que dantes chamou a «continuidade da produção». Isto vai resultar num monopólio. Deus do Cinema, livrai-nos dêste novo «Grémio Corporativo da Produção». Analisem bem o assunto, mesmo os que não concordam com o que penso e amo, e veriquem quem, no fundo, vai beneficiar com a nova lei, se todos, em geral, se apenas alguns em particular — exactamente os que fizeram ou ajudaram a fazer esta lei.

Mas todas essas generosidades, agora, vai ser o próprio cinema quem as paga. De resto êle já está acostumado, êle e o seu público. Há que ser generoso para com os artistas retirados, mesmo que nunca tivessem trabalhado para o Cinema? Agrava-se a êste os preços dos bilhetes ao sábado e domingo. Há que ser generoso com o «Socorro de Inverno»? Acrescenta-se os bilhetes em toda a semana. Quer salvar-se o Cinema? Ao cinema se lhe arranca a quantia. E é o Público, em última análise, que vai pagar isso também. Aquele que era dantes o mais barato divertimento do povo, passará a ser um luxo caro e, portanto, raro.

Não esqueçamos também que a primeira condição para a melhoria do nosso cinema é ter êxito e, para o ter, além dum melhor nível técnico e artístico, necessita ser aliviado da

pesada
aos film
entre m
mas h
e melho
jeiros.
um pu
rentar
beijos
a ser
que a
mentos
que pe
Isso é,
ções o
obras o
se não
que a
auxílio
sura.

E
der i
de tu
da lei
dente
cineas
tica,

pesada Censura, que lhe proíbe o que permite aos filmes estrangeiros: deixar tratar, também entre nós, com verdade e dignidade, os problemas humanos e fortes, o que o tornaria querido e melhor compreendido por portugueses e estrangeiros. Enquanto se impuser ao nosso cinema um puritanismo hipócrita e o obrigarem a aparentar uma ingenuidade idiota, em que até os beijos são considerados imorais, ele continuará a ser detestável e ridículo. Nem se calcula o que a nossa Censura restringe e avilta os argumentos de cinema, cortando ali até aquele pouco que permite nos romances e mesmo no teatro. Isso é, e será, o seu maior inimigo, com subvenções ou não. Basta que se diga que as melhores obras da nossa Literatura, a começar pelas do Eça, se não podem filmar por se saber de antemão que a Censura as não deixaria passar. O maior auxílio a prestar ao cinema é libertá-lo da Censura.

E agora, mais do que nunca, ele vai depender inteiramente dela. Isto é o mais importante de tudo. Porque não se entrega a organização da lei e o seu cumprimento a técnicos independentes? Resumindo: O S .N. I. quer pôr os cineastas directamente ao serviço da sua política, prendendo-os pela barriga, «sugerindo» o

que lhe apetecer, e sem dispendir um centavo, pois é ao Cinema que se vai buscar o «fundo» — e será o publico em última análise que pagará esse novo especto da sua politica. Por outro lado, tudo irá ficar num pequeno grupo, que se instalará numa espécie de monopólio de produção, permanente e assegurada. Esta é a verdade e tão clara e transparente como uma boa objectiva de filmar.

centavo,
«fundo»
e pagará
controlado,
se ins-
rodução,
rdade e
objec-

Acabou de se imprimir em Lisboa, na
«Gráfica Lisbonense», Rua da Rosa,
duzentos-e-trinta-e-oito-e-duzentos-e-
-quarenta, no mês de Dezembro de mil
novecentos e quarenta e seis